

BALANÇO

Entidade: IAC - Instituto de Apoio à Comunidade

NIPC: 501.901.230

Balanço em 31 de Dezembro de 2015

Unidade Monetária:

EURO

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2015	31/12/2014
ACTIVO			
Activo não corrente :			
Activos fixos tangíveis	5	964.442,51	969.238,46
Activos intangíveis	6	1.218.470,00	1.218.470,00
Investimentos financeiros.....	17.1	1.754,43	602,26
		2.184.666,94	2.188.310,72
Activo corrente :			
Inventários	9	7.292,05	6.159,49
Clientes	17.2	12.366,77	20.971,07
Outras contas a receber.....	17.3	48.319,79	95.470,35
Diferimentos	17.4	14.728,44	9.740,67
Caixa e depósitos bancários	17.5	60.212,89	169.816,80
		142.919,94	302.158,38
Total do Activo		2.327.586,88	2.490.469,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos.....	17.6	3.491,59	3.491,59
Resultados transitados	17.6	-2.218.023,12	-2.734.348,78
Excedentes de revalorização.....	17.6	1.218.470,00	1.218.470,00
Outras variações nos fundos patrimoniais.....	17.6	107.632,32	107.708,76
		-888.429,21	-1.404.678,43
Resultado líquido do período	17.6	207.571,49	243.200,21
Total do fundo de capital		-680.857,72	-1.161.478,22
Passivo			
Passivo não corrente :			
Provisões	11		1.000,00
Estado e outros entes públicos	17.8	702.854,12	1.269.580,76
Financiamentos obtidos	7/8	63.357,00	160.168,61
Outras contas a pagar.....	17.9	603.172,66	785.161,61
		1.369.383,78	2.215.910,98
Passivo corrente :			
Fornecedores	17.7	228.264,22	262.960,95
Estado e outros entes públicos	17.8	108.221,80	95.280,31
Financiamentos obtidos	7/8	42.134,92	20.000,11
Diferimentos	17.4	832,72	2.719,83
Outros contas a pagar.....	17.9	1.259.607,16	1.055.075,14
		1.639.060,82	1.436.036,34
Total do passivo		3.008.444,60	3.651.947,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.327.586,88	2.490.469,10

A Direcção

Cidália Maria Ferreira Angelo
Isabel Soares
El Edor
Flávio Miguel Moreno
Mónica Paula Tomás Astúcia

O Contabilista Certificado

Mónica Paula Tomás Astúcia
 CC. 69809

Entidade: IAC - Instituto de Apoio à Comunidade

NIPC: 501.901.230

Demonstração de Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2015	31/12/2014
Vendas e serviços prestados	10	1.485.060,14	1.485.502,64
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	1.588.034,37	1.605.012,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	478.423,06	496.597,98
Fornecimentos e serviços externos	17.10	750.550,48	743.676,50
Gastos com o pessoal	15.4	1.872.354,06	1.895.664,66
Imparidades (perdas/reversões)	17.2/17.3	39.095,07	9.913,07
Provisões (aumentos/reduções)	11		-69.144,93
Outros rendimentos e ganhos	17.11	353.547,86	321.174,37
Outros gastos e perdas	17.12	15.888,99	28.983,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		270.330,71	305.999,15
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	5	44.186,98	51.128,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		226.143,73	254.870,27
Juros e rendimentos similares obtidos		147,38	1.063,41
Juros e gastos similares suportados	8	17.681,23	12.430,24
Resultado antes de impostos		208.609,88	243.503,44
Imposto sobre o rendimento do período	14	-1.038,39	-303,23
Resultado líquido do período		207.571,49	243.200,21

A Direcção

O Contabilista Certificado

Cidália Maria Ferreira Ayala
Directora
hl 2015
Honora Miguel Moreno
Mónica Paula Tomás Astúcia

Mónica Paula Tomás Astúcia
CC- 69809

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	Unidade Monetária: Euro	
		Exercícios	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		3.102.573,39	3.091.050,22
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores.....		(1.267.186,84)	(1.381.575,50)
Pagamentos ao pessoal.....		(1.963.251,81)	(1.816.641,60)
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	(127.865,26)	(107.166,88)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento.....			
Outros recebimentos/pagamentos.....		292.117,74	295.727,80
Fluxos das actividades operacionais (1)		164.252,48	188.560,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		(195.316,20)	(71.456,23)
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>		(1.152,17)	(602,26)
<i>Outros activos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>			
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros activos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		147,38	1.063,41
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(196.320,99)	(70.995,08)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(59.854,17)	60.440,77
<i>Juros e gastos similares</i>		(17.681,23)	(12.430,24)
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-77.535,40	48.010,53
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-109.603,91	165.576,37
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		169.816,80	4.240,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período		60.212,89	169.816,80

A Direcção

Cidália Maria Ferreira de Aguiar
Luísa Paula
Al. Edre
Alfonso Miguel Moreno
Mónica Paula Tomás Astúcia

O Contabilista Certificado

Mónica Paula Tomás Astúcia
 CC. 69809



Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015

(Montantes expressos em Euros)

Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas notas consideradas como não aplicáveis

1. Identificação da entidade.

1.1. - Designação da entidade:

IAC – Instituto de Apoio à Comunidade
Estrada dos Caniços, Loja 5, Edifício Olival Parque
2625-474 Forte da Casa
NIF: 501 901 230

1.2. Natureza da actividade:

A entidade tem por finalidade contribuir para a efectivação dos direitos sociais da população da freguesia de Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa e restantes freguesias do concelho de Vila Franca de Xira, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade.

Para a realização das suas finalidades a Instituição propõe-se manter e desenvolver as seguintes actividades:

- Creche
- Creche familiar
- Educação Pré-escolar
- CATL-Centro de Actividades de Tempos Livres
- ERPI-Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas
- Serviço de apoio domiciliário
- Fornecimento de refeições
- Centro de dia para a terceira idade

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

2.1. As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF - ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nada a referir.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Nada a referir.



2.4. Adopção pela primeira vez da NCRF - ESNL

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no parágrafo 5 - Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, foi preparado o balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as demonstrações financeiras de 2011.

O montante total do ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas demonstrações financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Esses ajustamentos estão evidenciados em "Resultados transitados". Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição foram registados em "Fundos patrimoniais" e estão descritos e explicitados no que se segue:

Reconciliação dos fundos patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	110.693,32
Desreconhecimento de activos intangíveis	69.234,32
Outros ajustamentos	<u>325.470,20</u>
Total de ajustamentos	394.704,52
Fundos Patrimoniais SNC- ESNL	-284.011,20

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período não originou qualquer ajustamento no mesmo.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes.

3.1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

3.2. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de acordo com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, da qual resulte um impacto adverso futuro sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.



As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2. *Activos intangíveis*

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o IAC e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimada. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a amortização desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

3.2.3. *Inventários*

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo custo corrente. Utiliza-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio. Os gastos relativos aos inventários consumidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

3.2.4. *Instrumentos financeiros*

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço apenas e só quando se tornam uma parte das correspondentes disposições contratuais.

i) Clientes e outras contas a receber

Os créditos sobre os clientes, utentes, associados e outros terceiros são registados pelo seu valor nominal. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente. No entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses face à data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

ii) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE

Instituição Particular de Solidariedade Social

Forte da Casa – V.F.Xira

3.2.5. Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após a dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados.

3.2.6. Provisões

Periodicamente são analisadas eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, uma provisão é reconhecida quando se tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O montante reconhecido como provisão é o valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados pelo seu valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação em que a Instituição age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

3.2.8. Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada; ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a associação.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.



As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

3.2.9. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.3. Principais pressupostos em relação ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento de acontecimentos passados.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta a experiência acumulada, o enquadramento actual e as expectativas futuras de evolução da sua actividade.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1. Divulgações:

- a) As políticas contabilísticas não foram alteradas.
- b) Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

5. Activos fixos tangíveis:

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração;

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos directamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Os activos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização, segundo o qual um activo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data de revalorização menos depreciações e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
 Instituição Particular de Solidariedade Social
 Forte da Casa – V.F.Xira

Handwritten signature and name: Floriana

b) Método de depreciação usado;

A entidade deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas;

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Activos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	3.000,00		3.000,00	
Edifícios e outras construções	196.843,83	60.764,23	196.843,83	63.904,22
Equipamento básico	873.144,11	852.679,22	847.667,46	816.467,89
Equipamento de transporte	384.773,92	365.779,60	393.193,13	384.773,92
Equipamento administrativo	128.694,97	123.702,32	133.185,31	126.723,24
Outros activos fixos tangíveis	314.169,44	301.600,68	314.169,44	304.885,63
Total.....	1.900.626,27	1.704.526,05	1.888.059,17	1.696.754,90

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento			Outros AFT	Total
			Básico	Transporte	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial	3.000,00	196.843,83	873.144,11	384.773,92	128.694,97	314.169,44	1.900.626,27
Depreciações acumuladas iniciais		60.764,23	852.679,22	365.779,60	123.702,32	301.600,68	1.704.526,05
Quantia escriturada líquida inicial	3.000,00	136.079,60	20.464,89	18.994,32	4.992,65	12.568,76	196.100,22
Adições							
Outras			27.074,28	8.419,21	4.490,34		39.983,83
Total das adições	0,00	0,00	27.074,28	8.419,21	4.490,34	0,00	39.983,83
Diminuições							
Depreciações		3.139,99	(36.211,33)	18.994,32	3.020,92	3.284,95	(7.771,15)
Perdas por imparidade							0,00
Alienações							0,00
Abates			52.550,93				52.550,93
Outras							0,00
Total das diminuições	0,00	3.139,99	16.339,40	18.994,32	3.020,92	3.284,95	44.779,58
Quantia escriturada líquida final	3.000,00	132.939,61	31.199,57	8.419,21	6.462,07	9.283,81	191.304,27

Nota: A rubrica "Activos fixos tangíveis" inclui ainda a importância de 773.138,24€, referente a investimentos em curso para as novas instalações do IAC.



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
Instituição Particular de Solidariedade Social
Forte da Casa – V.F.Xira

Handwritten signature and stamp:
M. J. Costa
4/2015

5.2. Restrição de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

A entidade detinha os seguintes activos tangíveis com restrições de titularidade:

Descrição	Quantia escriturada em 31/12/2015	Passivo associado	Valor passivo
Imóvel sito na Rua Padre Américo Nº18 (*)	33.472,71 €	Plano Prestacional Seg. Social Nº9623	753.662,85 €
Imóvel sito no Largo M.F.A. Nº3 (*)	51.744,34 €	Plano Prestacional Seg. Social Nº9623	
Imóvel Almeirim	24.123,30 €	Empréstimo C.prazo BPG	7.000,00 €
Total.....	109.340,35 €		

(*) Valor da Hipoteca efetuada a favor do IGFSS

6. Activos intangíveis:

6.1. Divulgações:

a) Vidas úteis (indefinidas ou finitas);

A Instituição apenas apresenta um activo fixo intangível no seu imobilizado que é o terreno sito no Largo do Sagrado Coração de Jesus cedido pelo Município de Vila Franca de Xira em direito de superfície durante 70 anos.

b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas; Não aplicável.

c) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas
Activos intangíveis	1.218.470,00 €		1.218.470,00 €	
.....				
Outros activos fixos intangíveis				
Total.....	1.218.470,00 €		1.218.470,00 €	

d) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Não aplicável



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
Instituição Particular de Solidariedade Social
Forte da Casa – V.F.Xira

7. Locações:

7.1. Locações financeiras - Para cada categoria de activo, quantia escriturada líquida a 31/12/2015:

Descrição	Quantia Escriturada líquida em 31/12/2015
Viatura 28-LF-23	1.638,16 €
Viatura 28-LF-24	1.638,16 €
Viatura 28-LF-30	1.638,16 €
Contrato Montepio 13816	2.896,77 €
Total.....	7.811,25 €

a) A base pela qual é determinada a renda a pagar;

Valor estipulado no contato de locação.

b) A existência de cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento;

A Instituição tem opção de compra dos bens.

c) Restrições impostas por acordos de locação, tais como a que respeitam a dívida adicional ou posterior locação.

Não aplicável

7.2. Locações operacionais. Descrição geral dos acordos de locação significativos:

Descritivo	Senhorio	Valor Renda
BLOCO G	Avelino Fernando Martins	714,42 €
RES IDOSOS 1	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	3.352,87 €
RES IDOSOS 4-1E	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	300,78 €
RES IDOSOS 4-1F	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	321,89 €
RES IDOSOS 4	Mário Rui Bento C Oliveira	550,60 €
RES IDOSOS 5	Isabel Maria Mendes M. Silva	478,37 €
BLOCO D	José Filipe Dias Batalha	781,64 €
BLOCO D	M. Guilhermina S. Póvoa Matos	679,16 €
BLOCO I	José Sacramento Duarte Carvalho	917,49 €
BLOCO F	Soltubim	2.383,00 €
BLOCO B	Soltubim	3.538,00 €
BLOCO A	Soltubim	2.268,00 €
COZINHA-BL C	Solar Azul	4.892,95 €

a) A base pela qual é determinada a renda a pagar;

Valor estipulado no contato de locação operacional atualizado anualmente de acordo com o coeficiente publicado em Portaria.

b) A existência de cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento;

Não aplicável

c) Restrições impostas por acordos de locação, tais como a que respeitam a dívida adicional ou posterior locação.

Não aplicável

Handwritten signature in blue ink.



8. Custo dos empréstimos obtidos:

8.1. Divulgações:

a) Os custos com juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

	2015	2014
Juros e gastos similares suportados de empréstimos e de locações financeiras	12.863,25	8.325,37

9. Inventários:

9.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários, incluindo a forma de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição actual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. A entidade valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados durante o período.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

	2015	2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.292,05	6.159,49

9.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

	2015			2014		
	Mercadorias	Mat. primas, subs. e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, subs. e de Consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	6.159,49	6.159,49	0,00	7.075,98	7.075,98
Compras	0,00	418.422,33	418.422,33	0,00	423.100,81	423.100,81
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	61.133,29	61.133,29	0,00	72.580,68	72.580,68
Inventários finais	0,00	7.292,05	7.292,05	0,00	6.159,49	6.159,49
Gasto do período	0,00	478.423,06	478.423,06	0,00	496.597,98	496.597,98

10. Rédito:

10.1. Divulgações:

a) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam prestações de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	2015	2014
Prestações de serviços	1.485.060,14	1.485.502,64



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
Instituição Particular de Solidariedade Social
Forte da Casa – V.F.Xira

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes:

11.1. **Provisões:** Nada a referir.

11.2. **Passivos contingentes.** Nada a referir

11.3. **Activos contingentes.** Nada a referir.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.

12.1. Divulgações:

a) Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios à exploração" na demonstração de resultados.

b) Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a Instituição tenha directamente beneficiado;

Entidade	2015	2014
ISS	1.450.678,25	1.463.812,72
IEFP	11.510,46	8.826,40
CMVFX	17.430,00	15.457,66
Outros		265,44
Total.....	1.479.618,71	1.488.362,22

d) Principais doadores/fontes de fundos

Uma das principais fontes de financiamento da Instituição são os acordos de cooperação assinados com o Instituto de Segurança Social

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio. Nada a referir.

14. Impostos sobre o rendimento. O imposto corrente contabilizado, no montante de 1.038,39€, corresponde ao valor esperado a pagar referente à colecta de IRC resultante dos rendimentos obtidos em actividades sujeitas a este imposto.

15. Benefícios dos empregados:

15.1. **Número médio de empregados:** O número médio de empregados foi de 162.

15.2. **Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.**

A direcção da instituição é constituída por 5 elementos. No exercício de 2015 não ocorreu qualquer alteração nos órgãos directivos.



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
Instituição Particular de Solidariedade Social
Forte da Casa – V.F.Xira

Handwritten signature and date: 14/11/2015

15.3. Informação sobre as remunerações dos órgãos directivos.

A Direcção é constituída, exclusivamente por colaboradores da Instituição, não sendo os membros da mesma remunerados pelo exercício dos cargos de Direcção, mas apenas pelas respectivas funções exercidas na Instituição.

15.4. Informação sobre as remunerações dos empregados.

Rubricas	2015	2014
Remunerações do pessoal	1.273.312,01	1.297.501,92
Indemnizações	13.003,72	5.659,76
Encargos sobre remunerações	325.382,94	325.938,74
Seguro de acidentes de trabalho	15.597,66	14.078,92
Outros gastos com o pessoal	245.057,73	252.485,32
Total.....	1.872.354,06	1.895.664,66

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2015 e 2014, foram de 4.200,00 (4.200,00) em cada um dos períodos.

17. Outras informações. De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1. Investimentos financeiros. Nos períodos de 2015 e 2014, a Instituição detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

	2015	2014
FCT	1.754,43	602,26
	1.754,43	602,26

17.2. Clientes. Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2015	2014
Clientes	34.379,44	24.634,07
	34.379,44	24.634,07

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

	2015	2014
Clientes	22.012,67	3.663,00
	22.012,67	3.663,00



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
 Instituição Particular de Solidariedade Social
 Forte da Casa – V.F.Xira

Handwritten signature and initials.

17.3. Outras contas a receber. A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

	2015	2014
Remun. A pagar	582,64	582,64
Devedores por acréscimos	48.048,75	46.095,44
Outros devedores	50.279,15	78.637,62
Perdas por imparidade	-50.590,75	-29.845,35
	48.319,79	95.470,35

17.4. Diferimentos. Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Diferimentos” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Gastos a reconhecer	2015	2014
Rendas adiantadas	9.757,22	5.286,57
Seguros antecipados	3.371,22	3.454,10
Outros gastos a reconhecer	1.600,00	1.000,00
	14.728,44	9.740,67
Rendimentos a reconhecer		
Prov.diferidos - Subs. Investimento	832,72	2.719,83
	832,72	2.719,83

17.5. Caixa de depósitos bancários. Desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Caixa	1.071,91	1.071,91
Depósitos à ordem	10.140,98	7.244,89
Outros depósitos bancários	49.000,00	161.500,00
	60.212,89	169.816,80

17.6. Fundos patrimoniais:

Alterações nos fundos patrimoniais nos períodos 2014 e 2015:

	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Tota do fundo de capital
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	3.491,59	0,00	1.218.470,00	172.693,47	(2.734.348,78)	0,00	(1.339.693,72)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				(64.984,71)			(64.984,71)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						243.200,21	243.200,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
POSIÇÃO NO FIM DE 2014	3.491,59	0,00	1.218.470,00	107.708,76	(2.734.348,78)	243.200,21	(1.161.478,22)
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2015	3.491,59	0,00	1.218.470,00	107.708,76	(2.734.348,78)	243.200,21	(1.161.478,22)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				(76,44)	516.325,66	(243.200,21)	273.049,01
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						207.571,49	207.571,49
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
POSIÇÃO NO FIM DE 2014	3.491,59	0,00	1.218.470,00	107.632,32	(2.218.023,12)	207.571,49	(680.857,72)

17.7. Fornecedores. Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Fornecedores” encontra-se desagregada da seguinte forma

	2015	2014
Fornecedores c/c	190.784,22	164.980,95
Fornecedores c/ títulos a pagar	37.480,00	97.980,00
	228.264,22	262.960,95



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
Instituição Particular de Solidariedade Social
Forte da Casa – V.F.Xira

17.8. Estado e outros entes públicos.

17.8.1. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

	2015	2014
IRC	1.038,39	303,23
Retenções na fonte	12.079,18	15.240,59
IVA	11.620,81	12.170,17
Contr. Seg. Social	786.337,54	1.337.147,08
TOTAL PASSIVO	811.075,92	1.364.861,07

17.8.2. Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

A Instituição tem a sua situação "regularizada" perante a Autoridade Tributária e "regularizada por acordo" perante a Segurança Social.

A dívida à Segurança Social foi objecto de um novo plano prestacional em 2014, no quadro do SIREVE, que contemplou um perdão de 39% dos juros vencidos e um alargamento da respectiva maturidade de 120 para 150 meses.

Em 31/Mar/2015, este acordo foi renegociado, tendo o IAC procedido à amortização antecipada de um montante correspondente a 10% do capital em dívida e obtido uma redução de 95% dos juros vencidos remanescentes.

Em consequência desta renegociação foi autorizado um novo plano prestacional, que prevê novos valores para as prestações mensais dos anos de 2015 e seguintes.

Assim, a prestação mensal com início em Março/2015 foi reduzida para 3.255,16€, subindo para 4.882,74€ em Março de 2016 e 7.289,69€ a partir de Março de 2017 até ao fim do prazo.

17.9. Outras contas a pagar. A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

	2015	2014
Fornecedores de investimentos - Passivo não corrente	396.946,04	785.161,61
Fornecedores de investimentos - Passivo corrente	217.274,83	28.035,81
Credores por acréscimos de gastos	950.372,28	920.213,70
Outros credores - Passivo não corrente	206.226,62	
Outros credores - Passivo corrente	91.960,05	106.825,63
	1.862.779,82	1.840.236,75

No exercício de 2015 foi regularizada a situação das Residências de Idosos 1 e 4, que tinham passado para a titularidade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança, através de escritura de dação em pagamento celebrada em Janeiro de 2010, para pagamento parcial de dívida de contribuições à segurança social.

Esta regularização passou pela celebração de contratos de arrendamento e pela assinatura de 3 acordos de confissão dívida, a título de indemnização, correspondente às rendas vencidas desde Janeiro de 2010 até à data de início do arrendamento.

Estes acordos originaram um aumento do passivo, no montante de 238.532,40€, na rubrica "Outros credores" no exercício de 2015. O impacto negativo no fundo de capital foi inferior, 158.801,46€, porque desde Janeiro de 2014 que estavam a ser reconhecidos gastos, a título de rendas.



INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE
Instituição Particular de Solidariedade Social
Forte da Casa – V.F.Xira

17.10. **Fornecimentos e serviços externos.** A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Rubricas	2015	2014
Trabalhos especializados	17.674,42	16.280,50
Vigilância e segurança	2.572,02	677,62
Honorários	152.416,30	156.447,76
Comissões	6.799,28	4.521,54
Conservação e reparação	33.496,32	39.609,15
Materiais	7.732,43	6.006,26
Electricidade	50.527,84	47.952,66
Combustíveis	46.112,81	50.555,93
Água	20.285,02	15.251,01
Deslocações, estadas e transportes	6.240,81	5.021,06
Rendas de imóveis	263.083,35	257.877,36
Aluguer de viaturas e equipamentos	15.484,57	22.070,26
Comunicações	19.950,70	25.456,84
Seguros	11.061,58	9.180,00
Limpeza, higiene e conforto	93.434,69	81.797,41
Outros	3.678,34	4.971,14
Total.....	750.550,48	743.676,50

17.11. **Outros rendimentos e ganhos.** A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	2015	2014
Outros rend.suplementares - Refeições	319.558,59	313.058,06
Outros rend.suplementares - Transportes	675,00	935,00
Correcções relativas a períodos anteriores	30.731,13	4.059,81
Outros	2.583,14	3.121,50
Total.....	353.547,86	321.174,37

17.12. **Outros gastos e perdas.** A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

	2015	2014
Impostos indirectos	4.454,84	6.242,34
Taxas	168,26	764,24
Alienações de AFT		
Correcções relativas a exerc. Anteriores	5.494,19	11.360,68
Outros	5.771,70	10.615,98
Total.....	15.888,99	28.983,24

17.13. **Acontecimentos após a data do balanço:**

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18. **Data de autorização para emissão:**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 1 de Março de 2016.

Forte da Casa, 1 de Março de 2016

Carla Maria Ferreira Aydo
de la fane
Mónica Paula Tomás Astucia